

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E CIÊNCIA DA SAÚDE: POSSÍVEIS RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES SOB O CONTEXTO INFORMACIONAL CONTEMPORÂNEO

INFORMATION SCIENCE AND HEALTH SCIENCE: POSSIBLE RELATIONSHIPS INTERDISCIPLINARY UNDER THE CONTEMPORARY INFORMATIONAL CONTEXT

Edmilson Alves dos Santos Júnior^a

Wilson Roberto Veronez Júnior^b

Natasha Coutinho Revoredo Ribeiro^c

Janaína Fernandes Guimarães Polonini^d

RESUMO

Objetivo: Este estudo explora a interseção entre a Ciência da Informação e a Ciência da Saúde, destacando o papel da informação na promoção da saúde, prevenção de doenças e melhoria dos cuidados de saúde. **Metodologia:** A pesquisa é bibliográfica e descritiva com abordagem qualitativa. **Resultados:** Os resultados desta análise destacam a importância da informação na promoção da saúde, evidenciando como a informação empodera os indivíduos a tomar decisões informadas sobre sua saúde. Este estudo enfatiza a relevância contemporânea da informação e do conhecimento no campo da saúde, especialmente em um contexto pós pandemia. **Conclusões:** Destaca a necessidade de colaboração entre profissionais da saúde e da informação para melhorar os cuidados de saúde e promover o bem-estar da população. Além disso, reconhece o potencial das redes sociais na disseminação de informações em saúde, alertando para os desafios da desinformação.

Descritores: Ciência da Informação. Ciência da Saúde. Interdisciplinaridade

^aDoutorando em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Bibliotecário na Fundação Educandário Pestalozzi (FEP). Franca, Brasil. E-mail: edmilson.junior@unesp.br.

^bDoutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente no Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Marília, Brasil. E-mail: wilson.veronez@unesp.br.

^cMestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Bibliotecária Documentalista na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: natashacribeiro@gmail.com.

^dDoutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: janaina.polonini@unesp.br.

1 INTRODUÇÃO

No cenário informacional contemporâneo, a interseção entre a Ciência da Informação (CI) e a Ciência da Saúde (CS) emerge como um campo fértil para a compreensão das dinâmicas que permeiam a disseminação de informações sobre saúde. Desse modo, este estudo aborda a complexa relação entre produtores (emissores) e usuários de informação (receptores) em uma rede midiática de produção, disseminação e divulgação de informações voltadas à saúde. Sob a lente da interdisciplinaridade, com base em Saracevic (1996), foram exploradas as possíveis sinergias entre essas duas áreas do conhecimento, reconhecendo seu potencial impacto social.

A problemática deste estudo está relacionada à forma como a interdisciplinaridade entre CI e CS pode ser aproveitada para melhorar a divulgação da informação para a saúde. Isso inclui questões sobre a qualidade da informação, a eficácia das estratégias de disseminação e o impacto social da divulgação de informações para a promoção da saúde.

Desse modo, surgem as questões: Como a interseção entre CI e CS no cenário informacional contemporâneo influencia a disseminação de informações sobre saúde? Quais são as dinâmicas envolvidas na relação entre produtores e usuários de informação em uma rede midiática de produção, disseminação e divulgação de informações de saúde? Além disso, a problemática envolve a necessidade de garantir que as informações sejam acessíveis a todos, a fim de promover a melhoria na qualidade de vida e o bem-estar social.

Este estudo explora a interseção entre a CI e a CS a fim de evidenciar o papel da informação para a prevenção de doenças e melhoria nos cuidados para a saúde. Para isso, busca a) descrever o papel das redes sociais na disseminação de informações em saúde; b) compreender como a divulgação de informações de saúde verídicas, seguras e acessíveis pode contribuir para a promoção da saúde e o bem-estar social, independente de idade, gênero, etnia ou classe social; c) verificar como a interdisciplinaridade entre esses dois campos do conhecimento pode contribuir para avanços científicos e para as práticas em saúde.

A justificativa baseia-se na relevância da informação para a promoção da saúde no cenário informacional contemporâneo, em que ela exerce influência significativa sobre a vida cotidiana. A interação entre CI e CS possibilita abordagens inovadoras para a divulgação eficaz de conteúdos em saúde, sendo a colaboração entre produtores e usuários de informação, em redes midiáticas, especialmente relevante por seu potencial de alcance a públicos amplos e diversos. Além disso, a disseminação de informações verídicas e seguras é indispensável para o bem-estar coletivo.

Pesquisas relacionadas à informação para a saúde que fornecem *insights* sobre reflexões, questões e desafios, visando debates que possibilitem soluções e estratégias que impactarão diretamente a disseminação de informação para a saúde, possibilita impulsionar novos saberes na construção do campo científico e, pressupostos teórico e prático, sobretudo, proporcionando a articulação entre esses dois campos do conhecimento, implicando a concepção pragmática e epistemológica entre a CI e a CS (Souza, 2020).

De acordo com Dias e Pinto (2015), do ponto de vista linguístico, a preposição “em” tem por finalidade a indicação de evento ou espacialidade. Ao mencionarmos a ideia de informação em saúde, mencionam-se também as principais organizações de saúde em um Estado-Nação, Estado Federativo, municípios, dentre outros locais, índices de natalidade, mortalidade infantil, morbidade, tipos e diversidades de doenças. Profissionais especialistas em saúde, espécies e proporções de ordens de classes, categorias de exames, entre outros exemplos. No que diz respeito a preposição “para”, tem por significado a noção de movimento ou direção. Desse modo, a informação para a saúde¹ refere-se a políticas e ações de cuidados que são em prol da cura de um determinado paciente que não está bem de saúde, e que sejam oferecidas condições para se recupere o mais rápido possível.

Espera-se que esta investigação revele as sinergias interdisciplinares entre a CI e a CS no contexto informacional contemporâneo. Isso incluirá uma compreensão sobre como a colaboração entre esses dois campos científicos

¹ É importante destacar que o uso da expressão “informação para a saúde” ao invés de “informação em saúde” não é acidental.

pode aprimorar a divulgação de informações (para) e (em) saúde, garantindo sua qualidade, acessibilidade e segurança. Além disso, espera-se que a pesquisa demonstre como a promoção de informações pode impactar de maneira positiva para a área da saúde em todos os estratos da sociedade, independente de idade, gênero, etnia ou classe social.

Em última análise, os resultados esperados desta pesquisa podem contribuir para o aprimoramento da qualidade de vida e do bem-estar coletivo da sociedade, ao destacar o papel da informação para a saúde.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é descritiva com abordagem qualitativa. Como método de coleta de dados foi utilizado o levantamento bibliográfico, realizado em bases de dados da CI e da CS: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em CI (Brapci), *Dialnet*, *PubMed*, *Scielo*, assim como em manuais técnicos e dicionários especializados nas respectivas áreas.

Entende-se que a pesquisa descritiva tem como objetivo detalhar as características de uma população ou fenômeno específico, bem como estabelecer conexões entre variáveis (Silva; Menezes, 2000). Segundo Minayo (2001, p. 2), “[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo ao espaço mais profundo das relações e processos.”. Dessa forma, fica claro que a pesquisa qualitativa, por sua natureza, é descritiva. Assim, os dados não são simplificados em variáveis, mas sim em temas que serão analisados e explorados em sua totalidade (Lösche; Rambo; Ferreira, 2023).

A partir das fontes de informação selecionadas, a pesquisa contou com o embasamento teórico, epistemológico e metodológico de diversos autores: Borko (1968), Saracevic (1996), Le Coadic (2004), González de Gómez (2004), Sales, Oliveira e Pinto (2018), Prudêncio e Rodrigues (2020).

Os termos recuperados nas bases de dados em português, espanhol e inglês, foram, respectivamente: a) Ciência da Informação, Ciências da Saúde, Interdisciplinaridade, Contexto Informacional, Contexto Informacional Contemporâneo, Ciência da Informação e Ciências da Saúde; b) *Ciencia de*

laInformación, Ciencias de la Salud, Interdisciplinaridad, Contexto Informativo, Contexto Informativo Contemporáneo, Ciencia de laInformación y Ciencias de la Salud; c) Information Science, Health Science, Interdisciplinary, InformationContext, ContemporaryInformationContext, Information Science and Health Science.

O período de coleta dos materiais se deu entre os anos de 2023 a 2024. Desse modo, para a construção da fundamentação teórica, a informação desempenha um papel central acerca da compreensão sobre a promoção da saúde e o empoderamento dos indivíduos em uma sociedade caracterizada pela ampla disseminação de dados, sobretudo, nas mídias sociais.

Como estratégia de recuperação e análise, nas fontes de informações propostas, os materiais foram recuperados por sua relevância temática, assim como no resumo, corpo do texto e nas considerações parciais e finais.

A recuperação e análise dos materiais foi realizada da seguinte maneira: entre os meses de março a maio de 2023 foi realizada a recuperação dos materiais nas fontes de informação; entre os meses de junho a julho foram analisados e selecionados os materiais de maior relevância para o desenvolvimento da pesquisa; encerrada esta etapa, entre os meses agosto a dezembro, deu-se prioridade para a redação do texto; entre os meses de janeiro a março de 2024.

Nesse contexto, torna-se essencial considerar como a informação é produzida, disseminada e utilizada por usuários de informação em saúde, bem como qual é o seu impacto nas decisões relacionadas à saúde para o bem-estar individual e coletivo.

3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO CAMPO DA SAÚDE

A CI, como campo de estudo interdisciplinar, estuda os processos de produção, disseminação, uso, preservação e gerenciamento da informação. Abrange temas na organização e representação da informação e do conhecimento e na análise e avaliação da informação nas diferentes áreas e campos do conhecimento. Um dos objetivos da CI é melhorar a eficiência e a eficácia dos processos informacionais para a conquista da equidade no acesso

à mesma (Araújo, 2014; Borko, 1968; Nhacuongue; Ferneda, 2015; Saracevic, 1996).

A CI constitui-se como um campo teórico e prático dedicado à análise e ao aperfeiçoamento dos processos de uso, organização e disseminação do conhecimento. Borko (1968) e Saracevic (1996) contribuem para uma visão ampliada da área, enfatizando seu caráter interdisciplinar e sua inserção em múltiplos contextos científicos e sociais.

De acordo com Borko (1968), a CI investiga o comportamento da informação e os mecanismos que regulam seu fluxo, abrangendo desde suas propriedades até as estratégias de processamento, armazenamento, recuperação e disseminação, com o uso de métodos manuais ou automatizados.

Saracevic (1996) ressalta a preocupação com a comunicação eficaz do conhecimento registrado entre os indivíduos, levando em conta os diferentes contextos nos quais a informação é produzida, demandada e utilizada. As tecnologias da informação e comunicação desempenham papel estratégico nesse processo, ao potencializar o acesso, a troca e a apropriação da informação por diferentes públicos.

Quanto às origens do campo, Borko (1968) destaca sua constituição a partir da convergência de saberes oriundos da Matemática, Lógica, Psicologia, Ciência da Computação, Comunicação e Biblioteconomia. Capurro (2003) reforça esse entendimento, ao indicar que as bases da área estão associadas principalmente à Biblioteconomia e à Computação.

Le Coadic (2004) argumenta que a CI surgiu a partir do desenvolvimento científico da Biblioteconomia, inicialmente voltada para a informação gerada e disponibilizada por bibliotecas, sejam públicas, privadas, acadêmicas, especializadas, comunitárias ou por centros de informação e documentação. Com o tempo, houve uma reorientação do foco para os fluxos informacionais associados à ciência, à tecnologia, à indústria e ao Estado, em razão do avanço das tecnologias da informação e do aumento da demanda por dados qualificados.

Nesse cenário, compreender a CI sob uma perspectiva interdisciplinar permite refletir sobre a construção, organização, representação e circulação do

conhecimento, considerando a articulação entre distintos campos e práticas (Silva, 2013).

Saracevic (1996) reconhece que os desafios relacionados aos processos informacionais e comunicacionais envolvem uma complexidade que exige abordagens interdisciplinares e respostas provenientes de diferentes áreas do saber.

Nesse mesmo sentido, Santos e Cardoso Filho (2011) observam que a CI, desde sua origem, apresenta uma configuração múltipla, sendo seu objeto, a informação, analisado sob enfoques provenientes de diversas formações científicas, o que lhe confere amplitude temática e dialogicidade acadêmica.

A consolidação da CI como disciplina ocorreu no contexto da transformação técnico-científica do pós-Segunda Guerra Mundial, marcada pelo crescimento exponencial do volume informacional em distintas áreas do conhecimento e pela necessidade crescente de sistemas eficazes de organização da informação (Saracevic, 1996; Lima, 2003).

Sob essa perspectiva, cabe pensar que esse fenômeno, é “[...] um tipo de dado que leva ao receptor um conteúdo novo, na medida em que ela é compreendida e aceita graças a uma linguagem, qualquer que seja ela [...]” (Vecchi, 2005, p. 90).

A CI apresenta questões e desafios quanto à informação no âmbito das pesquisas e, sobretudo, no seu desenvolvimento nas práticas profissionais da área, pois a informação ainda está atrelada a termos como memória, sociedade, documento, cultura, histórico, entre outros (Araújo, 2007). Para Smit e Tálamo (2007), cabe ver a informação como processo de definição para qual é dado, nas ações e relações estabelecidas entre o fato, o objeto e a ação das circunstâncias, o significado e o papel social, o valor atribuído que lhe confere e ao poder de transformação do conhecimento.

Frente a isso, a informação é atribuída pela perspectiva da CI sob as relações interdisciplinares entre diferentes campos do conhecimento. Assim, “[...] atualmente, quase toda disciplina científica usa o conceito de informação dentro de seu próprio contexto e com relação a fenômenos específicos.” (Capurro; Hjørland, 2007, p. 160).

A informação representa características determinantes para conceituar o que se atribui significado, definição, existência e valor. Diferentes campos do conhecimento têm se apropriado da informação para definição e conceituação de termos que contribuem para o entendimento da área no avanço de novos estudos.

No decorrer da história, o conceito de saúde foi objeto de estudos e discussões que se ampliaram no final dos anos 1980 e no início de 1990, a partir de movimentos que se iniciaram no setor da saúde, sobretudo, acerca da informação em saúde como campo de produção de conhecimento.

Segundo Souza (2020), quando a informação é incluída no contexto dos processos sociais, além de ser propagadora de ideologias elaboradas pela modernidade, ela passa a fazer parte das políticas públicas de saúde, no âmbito da saúde individual e coletiva sob as regulações que acontecem nas dinâmicas das práticas informacionais e de saúde (Marteletto, 1995; Moraes, 1994; Moraes; Santos, 1998; Santos, 1996).

Sob essa mesma perspectiva, é relevante compreender que os processos e as formas de constituição das práticas informacionais estruturam o objeto vinculado à informação e ao conhecimento em saúde (Marteletto, 1995). Isso significa que as estratégias adotadas para coleta, análise e disseminação de informações influenciam diretamente a construção do entendimento sobre o conhecimento em saúde junto à população.

De acordo com Moraes e Santos (1998), o fortalecimento da informação em saúde ocorre quando há integração entre os avanços científicos nas áreas de ciência e tecnologia e os serviços de saúde. Essa articulação favorece a ampliação das discussões oriundas de estudos, pesquisas e produções científicas, contribuindo para a difusão do conhecimento.

Esse processo busca subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas, promovendo uma aproximação entre a pesquisa científica e sua aplicação prática, com foco na melhoria das condições de vida da população (Souza, 2014). Assim, a articulação entre conhecimento e ação torna-se estratégica para orientar decisões governamentais fundamentadas em evidências.

Para que decisões em saúde sejam bem fundamentadas, é essencial que os usuários tenham acesso a informações atualizadas, confiáveis e relevantes, capazes de sustentar a compreensão da realidade (Souza, 2014). Nesse sentido, a informação em saúde deve ser clara, compreensível, memorável, baseada em evidências e adaptada às necessidades, ao nível cultural e ao perfil cognitivo do indivíduo (Teixeira, 2004).

A qualidade da informação é decisiva para garantir seu papel social, sendo um direito vinculado à cidadania e um fator de desenvolvimento nas dimensões social, cultural e política (Alentejo, 2016; González de Gómez, 2004). No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a informação tem sido um recurso estratégico para aprimorar ações de prevenção e assistência, reforçando a importância do controle social e da transparência na gestão da saúde pública (Silva; Cruz; Melo, 2007).

A gestão da informação em saúde, vista pela perspectiva da CI, coopera no armazenamento, organização e distribuição eficaz de dados para a geração de conhecimento em diversas áreas da saúde. Por outro lado, a CS emprega essas informações para pesquisas, diagnósticos, prevenção e tratamento de doenças, com o objetivo de disseminar informações que promovam a saúde.

4 A CIÊNCIA DA SAÚDE NO CONTEXTO INFORMACIONAL

A CS sob a ótica da informação é um campo dinâmico e multifacetado que destaca a interligação fundamental entre saúde e dados. É um lembrete de que, para alcançar a excelência na assistência médica e na promoção da saúde, é necessário não apenas dominar os aspectos clínicos, mas explorar o poder da informação sobre as realidades sociais.

Entende-se a promoção da saúde como “[...] uma das estratégias de produção de saúde que, articulada às demais estratégias e políticas do SUS, contribui para a construção de ações transversais que possibilitem atender às necessidades sociais em saúde.” (Brasil, 2012, p. 29). Priorizando a importância da vida e levando em consideração todo o contexto social sob uma abordagem interdisciplinar e integrativa para o entendimento do processo saúde doença com foco no enfrentamento dos problemas de saúde.

Além disso, a ótica da informação na CS não se limita apenas ao âmbito clínico. Pesquisadores buscam novas maneiras de coletar, analisar e compartilhar dados relacionados à saúde. Esses esforços impulsionam avanços médicos, desde a genômica até a epidemiologia, e têm um impacto profundo na compreensão e no tratamento de doenças.

Desde 1923 no serviço de propaganda e educação sanitária do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), foram criadas práticas de comunicação em saúde, onde a comunicação passou a habitar as atividades de saúde, sobretudo, relacionadas às ações de prevenção, passando por diferentes acontecimentos sociais, políticos e sanitários da época, e tendo que lidar com formas de se relacionar com as mudanças que ocorriam sobre o entendimento do que era a concepção do processo saúde-doença naquele período (Cardoso; Araújo, 2008).

Em 1946, o conceito de saúde foi definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) não apenas como a ausência de doenças, mas um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Além disso, é tido como direito fundamental do ser humano a posse de uma melhor saúde, independente de raça, religião, posição política ou condições econômicas e sociais (OMS, 2019).

No Brasil, o acesso à informação em saúde é um direito fundamental de todos, assegurado pelo artigo 5º, inciso XIV de 1988 da Constituição Federal (CF) (Brasil, 1988), que visa garantir o cuidado integral à saúde e a oferta do bem-estar social e coletivo. Nesse ano, houve a regulamentação do SUS pela Lei 8080 garantido pela CF/88 no artigo 196 (Brasil, 1988).

Em termos, o artigo 196 da Constituição Federal (*caput*) estabelece:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas públicas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Art. 196, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Esse conceito veio para corroborar com a representação no avanço “[...] em termos de ampliação das dimensões que compõem a saúde, para além da simplificação de uma relação de oposição com a doença, suscitando questionamentos importantes no momento.” (Guimarães; Silva, 2010, p. 2257).

Entretanto, segundo Segre e Ferraz (1997), ao definir a saúde como uma situação de completo bem-estar, somos levados a refletir sobre a crença de um estado ideal possível de ser alcançado, como uma ideia de estaticidade.

É necessário considerar as múltiplas dimensões que envolvem os fenômenos de saúde e doença, ultrapassando a visão restrita à presença ou ausência de enfermidades. As transformações sociais contemporâneas, os avanços tecnológicos, o surgimento de novas infecções e as descobertas científicas impactam diretamente esse processo, exigindo o aprofundamento de pesquisas e estudos no campo da saúde e em áreas correlatas.

Nesse contexto, a participação da comunidade nos serviços públicos de saúde torna-se essencial para assegurar que as demandas sociais sejam contempladas na organização, gestão e oferta dos serviços (André *et al.*, 2006).

Dentre as iniciativas voltadas à integração entre sociedade e sistema de saúde, destacam-se os conselhos de saúde, instâncias colegiadas que representam a sociedade civil e atuam na fiscalização do uso dos recursos públicos, bem como na proposição de diretrizes para as políticas do setor. As conferências de saúde também se configuram como espaços de deliberação coletiva, nos quais são debatidas e formuladas propostas voltadas à formulação de políticas públicas.

Adicionalmente, os grupos de trabalho reúnem representantes da comunidade e profissionais de diversas áreas para analisar questões específicas e sugerir encaminhamentos para problemas identificados. Os comitês de ética em pesquisa, por sua vez, são responsáveis por avaliar os aspectos éticos de estudos que envolvem seres humanos, garantindo a proteção dos participantes e a validade científica das investigações.

Essas instâncias participativas, viabilizadas por processos comunicativos, constituem instrumentos de fortalecimento do vínculo entre população e serviços de saúde, com vistas à promoção de um atendimento mais equitativo, qualificado e alinhado às necessidades coletivas.

A comunicação nas práticas em saúde para a integralização, deveria se caracterizar por ações de sensibilidade, empatia e aceitação entre os envolvidos no processo, contextualizando-se em um universo de significações, que envolve

tanto a dimensão verbal, como a não verbal (gestos e postura) (Coriolano-Marinuset *al.*, 2014). O destaque nesse processo deveria estar no interesse pelo outro, na transmissão clara e objetiva da mensagem e, em especial, nas relações entre trabalhador e usuário (Braga; Silva, 2007; Silva *et al.*, 2000).

Em 1992, foi criado o Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde (CRICS), como parte das iniciativas voltadas à democratização do acesso às publicações científicas em saúde, configurando-se como espaço de inovação nas relações entre informação e comunicação no campo.

Na mesma direção, o Seminário Internacional de Informação para a Saúde (Sinforgeds) consolidou-se, ao longo de uma década, como evento de referência, reunindo especialistas, pesquisadores e estudantes de diferentes áreas, especialmente da CI e da CS, para debater a circulação e o uso da informação nos contextos sanitários (Gabriel Junior; Bochi; Moura, 2021). Esses encontros científicos favorecem a troca de saberes, o estímulo à pesquisa aplicada e a proposição de soluções com potencial transformador.

A comunicação em saúde, por sua vez, compreende o compartilhamento de informações entre profissionais e com a sociedade, nos âmbitos público e privado, sendo influenciada por transformações tecnológicas, reemergência de enfermidades e dinâmicas socioculturais.

Moraes (2007) ressalta que esse processo demanda a articulação de linguagens verbais e não verbais, configurando-se como componente estratégico da gestão em saúde. Para Fausto Neto (2007), a midiatização ampliou a visibilidade do tema no espaço público, facilitando o acesso à informação por meio das tecnologias digitais.

No entanto, ao se considerar a relação entre informação, saúde e tecnologia, é indispensável refletir sobre as desigualdades existentes. Desde os anos 2000, o Estado tem buscado desenvolver políticas públicas voltadas à redução dessas vulnerabilidades, com o objetivo de melhorar as condições de vida da população.

No decorrer dos anos, discussões sobre o assunto tiveram avanços e, em 30 de março de 2006, o governo decretou a Portaria MS/GM 687 (Brasil, 2006), certificando a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), cujo objetivo é

Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modo de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais (Brasil, 2006).

A partir de então houve esforços em conceituar a promoção de saúde, se baseando em documentos internacionais que discutiam sobre o conceito amplo de saúde e transversal com relação estreita à prevenção (Silva; Baptista, 2015).

Em 11 de novembro de 2014, com a Portaria n. 2.446 (Brasil, 2014), houve uma redefinição da mesma, para propor em todo território nacional novas ações de promoção da saúde, as quais tivessem em concordância com os princípios e diretrizes do SUS (Brasil, 2014).

Art. 2º A PNPS traz em sua base o conceito ampliado de saúde e o referencial teórico da promoção da saúde como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, caracterizando-se pela articulação e cooperação intra e intersetorial, pela formação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), buscando articular suas ações com as demais redes de proteção social, com ampla participação e controle social (Portaria n. 2.446. Brasil, 2014).

A partir de então, sob os princípios da Política Nacional de Promoção da Saúde, visavam a participação social sobre o conjunto de diferentes atores, agentes, grupos e comunidades, os quais em trabalho de equipe pudessem identificar os problemas para intervenção para resolução das necessidades (Brasil, 2014).

Segundo os princípios dessa política, uma das diretrizes para a promoção da saúde é o apoio e o fomento à educação permanente em saúde. O trabalho em estreita colaboração com diferentes profissionais para a construção de informações precisas e atualizadas, estimulando o desenvolvimento de pesquisas na área para produção de conhecimento e objetivando o avanço na melhoria de tratamentos com foco na qualidade de vida dos indivíduos, ou seja, o trabalho de equipe em saúde, é definido por Fortuna *et al.* (2005) como sendo “uma rede de relações entre pessoas, rede de relações de poderes, saberes, afetos, interesses e desejos, onde é possível identificar processos grupais” (Fortuna *et al.*, 2005, p. 264).

Nesse sentido, a comunicação torna-se essencial para a construção das relações entre profissional e paciente, compreendida como prática social sobre

as relações humanas (Fermino; Carvalho, 2007). É fundamental adquirir conhecimento sobre informação em saúde, pois auxilia na tomada de decisões ao buscar um profissional da área, além de tentar compreender aspectos relacionados à prevenção e tratamento de doenças e alternativas para os cuidados em saúde.

As instituições públicas em qualquer segmento têm a obrigação de informar a população sobre saúde, além de ser um dever e obrigação constitucional à saúde pública, mediante programas educacionais e sociais, e políticas públicas, promover a educação em saúde para medidas de prevenção e promoção ao cuidado individual e coletivo. No entanto, não é uma realidade brasileira devido à falta de equipamentos, funcionários qualificados e disposição para realizar a sua função. Desse modo, faz-se necessário à sociedade a cobrança de local, equipamentos e funcionários qualificados. Ademais, cabe ao serviço público providenciar todas as solicitações sociais.

As universidades públicas brasileiras exercem função indispensável nesse contexto. Por meio de pesquisas, análises, desenvolvimento e aprofundamento de estudos, divulgação científica e utilização de diversos dispositivos e canais midiáticos, essas instituições buscam esclarecer dúvidas, mediar situações e contribuir com medidas de prevenção diante da crise sanitária e de outros desafios.

A política de promoção da saúde inclui diretrizes como o apoio à educação permanente em saúde. Essa abordagem envolve a colaboração de profissionais na criação de informações precisas e atualizadas, incentivando pesquisas para avanços nos tratamentos e na qualidade de vida dos indivíduos (Fortuna, 2005). Um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030 é o objetivo 3 - Saúde e bem-estar, que visa garantir uma vida saudável e bem-estar em todas as idades, fazendo parte das 17 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral da ONU para abordar desafios globais.

O acesso à informação influencia comportamentos individuais e coletivos, favorece o bem-estar social e contribui para a adoção de práticas de cuidado e prevenção em saúde, como se observou durante a pandemia de COVID-19. Visto que a propagação de desinformação que levou à desconfiança em

instituições científicas resultou na rejeição de novos hábitos de higiene, vacinação e medidas de isolamento social, evidenciando o peso da responsabilidade que essas instituições têm sobre o papel da informação e comunicação em suas atividades e ações à sociedade.

Desse modo, é fundamental que instituições científicas, órgãos públicos, entre outros segmentos que se inserem no campo da saúde, promovam ações de divulgação da informação e na comunicação dos seus trabalhos à sociedade. Visto que uma sociedade com conhecimento sobre o acesso à informação em saúde tem melhores chances de prevenção e tratamento de doenças, visando ações que promovam qualidade de vida, bem-estar social e a promoção da saúde.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: A INTERSECÇÃO ENTRE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E CIÊNCIA DA SAÚDE

A intersecção entre a CI e a CS revela a importância do tratamento informacional para garantir a eficiência e a eficácia dos estudos e serviços de saúde. A CS, embora tradicionalmente associada às ciências biomédicas, compreende também sistemas complexos de comunicação e análise de dados que impactam diretamente o cuidado à população.

Compreender as dinâmicas de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças exige acesso a informações atualizadas e bem estruturadas. A CI, nesse contexto, oferece métodos, técnicas e tecnologias para gerenciar eficientemente fluxos informacionais, colaborando com a CS na geração, organização e disseminação de conhecimento.

Ambas as áreas colaboram na gestão de dados em serviços de saúde público e privado, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes na tomada de decisão. Profissionais da CI atuam na seleção, organização e avaliação de conteúdos informacionais, enquanto os da CS empregam esse conhecimento em contextos clínicos e administrativos. Levando em consideração que ambos os profissionais da CI ou CS podem atuar com informação para saúde, tornando-se, no campo teórico, profissionais de informação em saúde.

Nesse sentido, bases de dados especializadas foram criadas para reunir e facilitar o acesso a informações técnicas e científicas sobre saúde. Tais repositórios apoiam desde atividades assistenciais até a formulação de políticas públicas, passando por pesquisa, formação profissional, avaliação de tecnologias em saúde e educação sanitária.

Vale ressaltar que os profissionais de informação em saúde precisam de atualização constante, trabalhar em equipe, estudar, pesquisar, recuperar e avaliar criticamente a literatura da área visando a garantia da melhoria constante na produção científica e prestação de serviços. (Ciol; Beraquet, 2009; Costa; Felipe, 2022; Gomes; Varela, 2016; Prudêncio; Rodrigues, 2020).

A atuação desses profissionais se estende a diversos ambientes, centros de pesquisa, órgãos públicos e serviços assistenciais. Além disso, contribuem com a formação de estudantes e pesquisadores em cursos da área da saúde, abordando temas como acesso a fontes especializadas, competência informacional e uso ético da informação (Prudêncio; Rodrigues, 2020).

Nesse sentido, se tratando da produção de conhecimento em saúde, cabe destacar a produção científica em periódicos e eventos². Esses eventos científicos evidenciam a importância da informação no campo da saúde, demonstrando a articulação entre os campos da CI e da CS na construção de conhecimentos orientados à elaboração de estratégias e soluções voltadas à promoção da saúde.

Nesse ambiente informacional ampliado, as mídias sociais atuam como espaços de geração, circulação e transformação de saberes. Segundo Lévy (2015), essas plataformas estimulam uma “inteligência coletiva”, baseada na interação contínua entre os sujeitos. Essa dinâmica favorece tanto a produção de novos conhecimentos quanto a propagação de desinformação.

No contexto contemporâneo, os saberes científicos e populares, ao

²Dentre eles, ocorreu em 2007 a fundação da Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (Reciis) e, após, começaram a se consolidar os eventos acadêmicos sobre a temática. Ademais, em 2008 houve o Colóquio Internacional “A Medicina na Era da Informação” (Medinfor) e, no ano de 2009, o Seminário Internacional de Informação para a Saúde (Sinforgeds). Em 2010, no XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), foi criado o Grupo de Trabalho 11 – Informação e Saúde, conectando a Ciência da Informação com a Ciência da Saúde (Sales; Oliveira; Pinto, 2018).

circulem pelas mídias digitais, adquirem nova visibilidade. Essa circulação amplia o acesso à informação e fortalece políticas públicas voltadas à democratização do conhecimento. Marteleto (2011) destaca a importância de valorizar os saberes populares, frequentemente desconsiderados em sociedades guiadas por lógicas técnicas e midiáticas. A escuta desses saberes pode qualificar o debate público e sustentar ações informacionais mais inclusivas.

Entretanto, no campo da saúde, observa-se uma distinção mais rígida entre os saberes científicos e populares. O primeiro é ancorado em evidências, protocolos e validações biomédicas; o segundo reflete experiências culturais e sociais sobre saúde e bem-estar (Marteleto, 2003). Ambos, no entanto, são relevantes para a construção de políticas integradas e sensíveis à diversidade de contextos.

A geração, a comunicação e o uso da informação, conforme analisado por Santos e Cardoso Filho (2011), demandam uma abordagem sistêmica. Saracevic (1995) acrescenta que a explosão informacional representa um desafio que transcende as fronteiras da ciência, afetando todo o espectro do conhecimento humano. Tal fenômeno impõe a necessidade de sistemas avançados de recuperação da informação, cujas dimensões tecnológicas coexistem com aspectos humanos e sociais.

A comunicação em saúde exerce função estratégica na formulação e implementação de políticas públicas, seja por meio da difusão científica, seja pela valorização de saberes tradicionais que contribuem para a compreensão ampliada da saúde e do bem-estar coletivo.

Mesmo diante de adversidades, indivíduos com acesso à informação e conhecimento são capazes de desenvolver estratégias que favorecem a qualidade de vida. A informação, nesse sentido, constitui elemento determinante na construção da identidade, na ampliação da cidadania e na consolidação de condições que afetam diretamente os determinantes sociais da saúde (Santos; Targino; Freire, 2017).

Atualmente, a informação potencializa a presença das instituições de saúde no tecido social. A comunicação mediada por múltiplos canais repercute

nas dimensões política, educacional, cultural e social, influenciando a atuação dos profissionais da saúde e o engajamento da comunidade.

A interconectividade digital atribui às mídias sociais destaque na atualização contínua da sociedade sobre temas de saúde (Pechula; Gonçalves; Caldas, 2013). Durante a pandemia de COVID-19, plataformas como o YouTube mostraram-se eficazes na disseminação de conteúdos informacionais validados (OMS, 2009).

Nesse cenário, o conhecimento popular, muitas vezes articulado por movimentos sociais, também se revela fundamental para o avanço científico, atuando como motor de crítica, pesquisa e intervenção social (Marteletto, 2003). A confiança da população, sobretudo em situações de crise, depende de uma comunicação clara, antecipada e transparente quanto aos riscos envolvidos (OMS, 2009).

Os usuários das redes sociais consomem, produzem e compartilham informações. Essa interação entre população, profissionais e gestores públicos contribui para o direcionamento de políticas de saúde (Marteletto, 2003). Nessa lógica, a comunicação reflete a convergência entre os campos da CI e da CS, unindo compreensão dos fluxos informacionais à atuação prática em saúde.

Contudo, o ambiente digital também abriga riscos associados à desinformação. A propagação de conteúdos falsos exige das instituições de saúde ações educativas permanentes, com vistas a fortalecer o pensamento crítico da população e estimular o uso de fontes confiáveis. O engajamento proativo dessas instituições é decisivo para promover decisões fundamentadas em conhecimento qualificado.

A interação entre produtores e usuários de informações em redes digitais sobre saúde envolve diversas dinâmicas: produção e seleção de conteúdos, validação de fontes, credibilidade, circulação, participação, acesso equitativo, impactos sociais, enfrentamento da desinformação, regulação e educação informacional.

Sendo assim, essa relação é multifacetada e exige articulações entre qualidade, confiabilidade e repercussões sociais da informação em saúde. A interface entre a CI e a CS, nesse cenário, apresenta-se como um campo

promissor de cooperação interdisciplinar voltada à promoção do bem-estar coletivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa evidenciou a relevância da interseção entre a CI e a CS no enfrentamento dos desafios informacionais do contexto contemporâneo, especialmente diante da crescente circulação de dados nas mídias sociais e do impacto da desinformação em saúde. A análise demonstrou que a informação confiável e acessível é um recurso estratégico para a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a melhoria na qualidade de vida da população.

A articulação entre CI e CS, ancorada em uma perspectiva interdisciplinar, amplia as possibilidades de atuação conjunta entre profissionais da informação e da saúde, contribuindo para a qualificação da produção, organização, disseminação e uso de informações em contextos clínicos, educacionais, comunitários e institucionais. A promoção da saúde, nesse cenário, depende tanto da qualidade da informação quanto da capacidade dos sujeitos em acessá-la, compreendê-la e utilizá-la criticamente.

O estudo também destacou a relevância das mídias sociais como canais de circulação de informações e desinformações em saúde. Embora esses espaços ampliem o alcance das mensagens, também exigem ações coordenadas de alfabetização em saúde e em informação, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas para o letramento informacional da população.

Além disso, a pesquisa reafirma a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS) como articulador de ações informacionais, educativas e preventivas, e destaca a contribuição de universidades, bibliotecas e centros de informação como agentes essenciais na construção de uma cultura de saúde informada e participativa.

Como perspectivas futuras, sugerem-se estudos empíricos voltados à atuação de profissionais da informação no campo da saúde, bem como pesquisas sobre estratégias de enfrentamento à desinformação em diferentes grupos sociais. Também se destaca a necessidade de investigar práticas de

mediação da informação que considerem as desigualdades sociais, culturais e tecnológicas no acesso à informação para a saúde.

Dessa forma, reafirma-se que a informação é um direito e um bem coletivo, e seu uso ético e qualificado constitui um pilar para o fortalecimento das ações em saúde, em consonância com os princípios da universalidade, integralidade e equidade.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJO, E. S. Qualidade da informação em saúde mediada pelas bibliotecas universitárias no Brasil e na Alemanha. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 565, 2016.
- ANDRÉ, P.; ENSERINK, B.; CONNOR, D.; CROAL, P. Publicparticipationinternationalbestpracticeprinciples. **SpecialPublication Series**, Fargo, n. 4, p. 1-3, 2006. Disponível em: https://www.iaia.org/pdf/IAIAMemberDocuments/Publications/Conference_Materials/IAIA04/PapersPDF/SN29.3-Andre-Public%20Participation.pdf. Acesso em: 3 set. 2023.
- ARAÚJO, C. A. A. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 29 set. 2023.
- ARAÚJO, I. S. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.
- BRAGA, E. M.; SILVA, M. J. P. Comunicação competente: visão de enfermeiros especialistas em comunicação. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 410-414, 2007.
- BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 126, n. 191-A, p. 1-32, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Glossário temático: promoção da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS n. 2.446, de 11 de novembro de 2014**. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MSn. 687, de 30 de março de 2006**. Aprova a Política de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: **V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB**, Belo Horizonte, MG, 10 nov. 2003. Tradução de Ana Maria Rezende Cabral, Eduardo Wense Dias, Isis Paim, Lígia Maria Moreira Dumont, Marta Pinheiro Aun e Mônica Erichsen Nassif Borges. Disponível em: https://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 11 set. 2024.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.

CARDOSO, J. M.; ARAÚJO, I. S. Comunicação e Saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 94-103. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/apresentacao.html>. Acesso em: 21 set. 2023.

CIOL, R.; BERAQUET, V. S. M. Evidência e informação: desafios da medicina para a próxima década. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 221-230, 2009.

CORIOLO-MARINUS, M. W. L.; QUEIROGA, B. A. M.; RUIZ-MORENO, L.; LIMA, L. S. Comunicação nas práticas em saúde: revisão integrativa da literatura. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p.1356-1369, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/v4qzCcwMMwyyz5TtztQ9sMg/abstract/?lang=p>t. Acesso em: 16 set. 2023.

COSTA, L. S.; FELIPE, C. B. M. Análise da produção de artigos em acesso aberto de pesquisadores com bolsas do CNPq das Ciências da Saúde. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 7, p. 1-19, 2022.

DIAS, G. A.; PINTO, V. B. A Ciência da Informação no contexto da informação para a saúde. **Informação & Tecnologia**, Marília, v. 2, n. 1, p. 5-11, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/itec/article/view/27310/14675>. Acesso em: 15 set. 2023.

FERMINO, T. Z.; CARVALHO, E. C. A comunicação terapêutica com pacientes em transplante de medula óssea: perfil do comportamento verbal e efeito de estratégia educativa. **Cogitare Enfermagem**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 287-289, 2007.

FORTUNA, C. M.; MISHIMA, S. M.; MATUMOTO, S.; PEREIRA, M. J. P. O trabalho de equipe no Programa de Saúde da Família: reflexões a partir de

conceitos do processo grupal e de grupos operativos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 2, p. 262-268, mar-abr. 2005.

GABRIEL JUNIOR, R. F.; BOCHI, F.; MOURA, A. M. M. Aproximações da produção científica em ciências da saúde na ciência da informação no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Manguinhos, v. 15, n. 4, p. 824-839, 2021.

GOMES, H. F.; VARELA, A. Mediação da informação na área da medicina: possibilidades de interlocução entre os saberes científico, profissional e sociocultural. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 3-22, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v21n1/1413-9936-pci-21-01-00003.pdf>. Acesso em: 27 set.. 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 55-67, 2004.

GUIMARÃES, D. A.; SILVA, E. S. Formação em ciências da saúde: diálogos em saúde coletiva e a educação para a cidadania. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 15, n. 5, p. 2551-2562, 2010.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

LIMA, G. A. B. Interfaces entre a ciência da informação e a ciência cognitiva. **Ciência da informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 77-87, 2003.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, p. e023141, 2023.

MARTELETO, R. M. Conhecimentos e Conhecedores: apontamentos sobre a ciência, os pesquisadores e seu papel social. In: MARTELETO, R. M.; STOTZ, E. N. (org). **Informação, saúde e redes sociais: diálogos de conhecimentos nas comunidades da Maré**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. p.43-64. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/twj9s/pdf/marteleto-9788575413319.pdf>. Acesso em: 20. set. 2023.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 89-93, 1995.

MARTELETO, R. M. Informação da sociedade na sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. especial, p. 4-7, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/38229>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, N. A. Comunicação e saúde: entre sentidos, interesses e estratégias. **ECO-PÓS – publicação da pós-graduação em comunicação e cultura**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 01, p. 64-78, 2007.

MORAES, I. H. S. de. **Informações em saúde: da prática fragmentada ao exercício da cidadania**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

MORAES; I. H. S.; SANTOS, S. R. F. R. Informação em saúde: os desafios continuam. **Ciência & Saúde coletiva**, Manguinhos, v. 3, n. 1, p. 37-51, 1998.

FAUSTO NETO, A. Entrevista, comunicação e saúde. **ECO-PÓS – publicação da pós-graduação em comunicação e cultura**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 01, p. 198-206, jan./jun. 2007.

NHACUONGUE, J. A.; FERNEDA, E. O campo da ciência da informação: contribuições, desafios e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 3-18, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial da Saúde 2019: A cobertura universal de saúde e o direito à saúde**. Genebra: OMS, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/world-health-statistics-2019>. Acesso em: 17 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Comunicação eficaz com a mídia durante emergências de saúde pública: um manual da OMS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/comunicacao_eficaz_midia_durante_emergencias.pdf. Acesso em: 16 jul. 2023.

PECHULA, M. R.; GONÇALVES, E.; CALDAS, G. Divulgação Científica: Discurso, Mídia e Educação. Controvérsias e Perspectivas. **Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación**, [S. l.], n. 7, p. 43-60, 2013.

PRUDÊNCIO, D. S.; RODRIGUES, J. C. Profissional de informação em saúde: perfis, atuações e outras discussões **Informação@Profissão**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 116-149, 2020.

SALES, O. M. M.; OLIVEIRA, H. P. C.; PINTO, V. B. Ciência da informação e ciências da saúde: diálogos construídos por meio da interdisciplinaridade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018. p. 6717-6732. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103217>. Acesso em: 10 set. 2023.

SANTOS, M. M.; CARDOSO FILHO, J. C. Informação e políticas públicas: responsabilidade social da ciência da informação. **Biblios**, Peru, n. 45, p. 28-39, 2011.

SANTOS, R. N. R.; TARGINO, M. G.; FREIRE, I. M. A temática diversidade sexual na Ciência da informação: a perspectiva da responsabilidade social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 114-135, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. Tradução de Ana Maria P. Cardoso. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of Information Science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-9, 1995. Disponível em: http://dici.ibict.br/archive/00000598/01/natureza_interdisciplinar.pdf. Acesso em: 3 jul. 2023.

SEGRE, M.; FERRAZ, F.C. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 538-542, 1997.

SILVA, A. X.; CRUZ, E. A.; MELO, V. A importância estratégica da informação em saúde para o exercício do controle social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 12, n. 3, p. 683-688, 2007.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2000.

SILVA, J. C. Das concepções disciplinares na Ciência da Informação e/ou de suas configurações epistemológicas: o desiderato percebido da interdisciplinaridade. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 27, n. 59, p. 67-92, 2013. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2013000100004. Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, L. M. G.; BRASIL, V. V.; GUIMARÃES, H. C. Q. C. P.; SAVONITTI, B. H. R. A.; SILVA, M. J. P. Comunicação não-verbal: reflexões acerca da linguagem corporal. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 4, p. 52-58, 2000.

SILVA, P. F. A.; BAPTISTA, T. W. F. A Política Nacional de Promoção da Saúde: texto e contexto de uma política. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 39, n. especial, p. 91-104, 2015.

SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna? In: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (org.). **Informação e Contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 27-46.

SOUZA, F. M. A. **Conhecimento, atitude e prática no contexto da epidemia do HIV/aids: uma abordagem da Ciência da Informação**. 2020. 337 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38646>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SOUZA, F. M. A. Utilização de evidências científicas no processo decisório governamental. **Cosmopolita em ação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2014.

TEIXEIRA, J. A. C. Comunicação em saúde: Relação Técnicos de Saúde - Utentes. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 22, n. 3, p. 615-620, 2004.

VECCHI, D. Information: un point de vue terminologique. In: PATRIN-LECLERE, V. (org.). **Dossier**: Productions médiatiques et logiques publicitaires. Paris: La Documentation Française, 2005. p. 90-91. (Communication et langues, n.143).

INFORMATION SCIENCE AND HEALTH SCIENCE: POSSIBLE RELATIONSHIPS INTERDISCIPLINARY UNDER THE CONTEMPORARY INFORMATIONAL CONTEXT

ABSTRACT

Objective: This study explores the intersection between Information Science and Health Science, highlighting the role of information in promoting health, preventing disease, and improving health care. **Methodology:** The research is bibliographic and descriptive with a qualitative approach. **Results:** The results of this analysis highlight the importance of information in health promotion, highlighting how information empowers individuals to make informed decisions about their health. **Conclusions:** This study emphasizes the contemporary relevance of information and knowledge in the field of health, especially in a post-pandemic context. It highlights the need for collaboration between health and information professionals to improve health care and promote the well-being of the population. Furthermore, it recognizes the potential of social networks in disseminating health information, warning of the challenges of misinformation.

Descriptors: Information Science. Health Science. Interdisciplinarity.

CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN Y CIENCIAS DE LA SALUD: POSIBLES RELACIONES INTERDISCIPLINARIO BAJO EL CONTEXTO INFORMATIVO CONTEMPORÁNEO

RESUMEN

Objetivo: Este estudio explora la intersección entre la ciencia de la información y la ciencia de la salud, destacando el papel de la información en la promoción de la salud, la prevención de enfermedades y la mejora de la atención médica. **Metodología:** La

investigación es bibliográfica y descriptiva con un enfoque cualitativo. **Resultados:** Los resultados de este análisis resaltan la importancia de la información en la promoción de la salud, destacando cómo la información permite a las personas tomar decisiones informadas sobre su salud. **Conclusiones:** Este estudio enfatiza la relevancia contemporánea de la información y el conocimiento en el campo de la salud, especialmente en un contexto post pandemia. Destaca la necesidad de colaboración entre los profesionales de la salud y la información para mejorar la atención sanitaria y promover el bienestar de la población. Además, reconoce el potencial de las redes sociales en la difusión de información sanitaria, advirtiendo acerca de los desafíos de la desinformación.

Descriptores: Ciencias de la Información. Ciencia de la salud. Interdisciplinariedad.

Recebido em: 21.08.2024

Aceito em: 14.08.2025